

F
338.016
H553



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABRIEL HERMES
Deputado Federal

1.º CONGRESSO BRASILEIRO
DA PRODUTIVIDADE NA
INDÚSTRIA

Discurso proferido na sessão
de 9 de junho de 1971

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
Brasília — 1972

O SR. GABRIEL HERMES:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, — ocupo hoje a tribuna para fazer um registro nos nossos Anais e levar ao conhecimento dos meus nobres pares o que foi discutido e ficou assentado quando da *grande Convenção Nacional da Indústria*, que se realizou em dias do mês de agosto, na cidade do Rio de Janeiro.

O encontro foi dos mais oportunos, e, sobretudo, teve um significado diferente. Pela primeira vez na História do Brasil os homens da indústria de todo o País se reuniram, não apenas para debater e discutir, mas também para analisar os problemas da classe.

Sr. Presidente, a indústria brasileira representa hoje o maior impacto para o nosso desenvolvimento. A propósito, devo dizer que o encontro na sua instalação, contou com a presença de três Ministros: o Ministro da Indústria e do Comércio, que representava o Sr. Presidente da República; o Ministro do Planejamento e o Ministro da Fazenda, e ainda com o comparecimento do Governador do Estado da Guanabara.

E' interessante recordar as palavras do Ministro Reis Veloso, do Planejamento. Disse S. Exa., referindo-se ao assunto que talvez o fato mais importante acontecido no Brasil, ao longo dos três governos da revolução, tenha sido a mudança qualitativa que se operou no comportamento do Governo em relação à empresa privada, na comunidade brasileira. E acrescentou textualmente:

“Na área privada, entre tantos exemplos pode-se citar a recentemente realizada Convenção Nacional da Indústria, que se ocupou essencialmente da política industrial, sob o ângulo do empresário; e a programada Conferência das Classes Produtoras, que vai procurar definir o papel do empresário, pragmaticamente, no atual estágio nacional de desenvolvimento”.

Depois de várias considerações, o Ministro do Planejamento continuou sempre fazendo referências à evolução da indústria brasileira, ao seu desenvolvimento, ao que ela significa, para a nossa balança comercial, a nossa balança de exportação.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA NACIONAL
BIBLIOTECA
NÚMERO
F308 28/9/73

Vale frisar, Sr. Presidente, que a reunião foi precedida de 30 encontros setoriais preparatórios, realizados em vários Estados da Federação, quando todos os problemas da classe foram levantados. Dessas reuniões parciais participaram cerca de 5 mil industriais brasileiros. Na reunião da Capital da República tomaram parte, como delegados, 200 representantes das classes industriais vindos de todos os quadrantes do País. Senhor Presidente, cumpre destacar o que disse na abertura do conclave, falando em nome da Presidência da República, o Ministro da Indústria e do Comércio.

“As indústrias brasileiras, que vêm prosperando nos últimos cinco anos, cresceram 50% em sua capacidade produtiva. E, mais, espera-se em 1971 uma receita de 600 milhões de dólares da nossa indústria”.

São dados realmente significativos e que merecem a nossa atenção.

Sr. Presidente, do encontro destacamos vários documentos. Vale a pena mostrar como se organizou a convenção, na qual foram tratados todos os temas relacionados com a política tributária e o desenvolvimento econômico, com as inovações tecnológicas reequipamento, produtividade, áreas de investimento público, áreas de investimento privado, comércio exterior, custo financeiro, política salarial, investimento em educação à mão-de-obra.

Os três principais itens debatidos, que se constituíam nos três grandes documentos básicos do conclave, foram os seguintes: Bases para uma Política Industrial, Recursos Humanos para o Desenvolvimento e Absorção Tecnológica.

O primeiro documento, Sr. Presidente, Bases para uma Política Industrial, foi elaborado por uma equipe de primeira ordem, da qual destacamos alguns nomes: Srs. Camilo Antunes Steiner, Eugênio Gudín, José Garrido Torres, Luís Mandelli, Otávio Bulhões, Roberto de Oliveira Campos, Prof. Vicente Chaverini, entre os de outras figuras igualmente conhecidas e representativas do setor de economia e finanças do País.

O Sr. Stélio Maroja — Meu ilustre colega, quero exaltar aqui sua oração. V. Exa., meu digno colega de bancada, Deputado Gabriel Hermes, sempre no Pará foi um dos líderes do desenvolvimento industrial. Aliás, dirige de muitos anos a esta data a Federação Estadual das Indústrias. Do mesmo modo participou da direção da Confederação Nacional das Indústrias. E' um companheiro lúcido, de espírito desenvolvimentista. Congratulo-me com os demais colegas pela oração de V. Exa. Desejo salientar que, na convenção a que V. Exa. se refere, houve, além dos problemas salientados por V. Exa., debates sobre a consolidação do

mercado consumidor de produtos industriais. Essa deve ser, realmente, uma preocupação dos industriais brasileiros. Devem recordar-se no desenvolvimento norte-americano. A América, no começo deste Século, já se apresentava como o maior país industrial do mundo e não tinha absolutamente mercado externo, mas apenas mercado interno. O Brasil, nos planos de desenvolvimento — irei sugerir isso na Comissão de Economia a S. Exa. o Sr. Ministro do Planejamento — deve ter a preocupação também de criar um grande mercado interno. Exatamente para essa consolidação das áreas de consumo do País, nessa convenção foi sugerida uma subdivisão do ICM cobrado sobre produtos industriais exportados de um Estado produtor para Estados consumidores. Foi sugerido na convenção que a alíquota do ICM fosse dividida, metade para o Estado produtor e metade destinada ao Estado consumidor.

Todos nós, representantes do Estado do Rio Grande do Norte e dos Estados e Territórios do Nordeste, deveremos aplaudir essa decisão da indústria brasileira, congratularmo-nos com os participantes dessa convenção e sugerir ao Governo da República que acolha essa sugestão, porque ela poderá dar grande impulso ao mercado interno e assegurar bases sólidas para o desenvolvimento industrial. Era o que tinha a dizer sobre esse problema, já levantado por mim numa reunião do Congresso Nacional. Felicito V. Exa., nobre colega, pela sua atuação. V. Exa. tem sido sempre um dos líderes, um dos dirigentes do setor industrial no Pará, nas organizações industriais de nossa terra, e um dos grandes impulsionadores do desenvolvimento. Tive oportunidade, aliás, acompanhando o nobre colega, de defender, perante o próprio Presidente da República, ponto de vista que nos é comum, ou seja, da implantação, na Amazônia, de grande infra-estrutura hidrelétrica como base para o desenvolvimento.

O SR. GABRIEL HERMES — Muito obrigado ao nobre companheiro pela sua gentileza. Como vêm V. Exas., o documento a que me refiro, subscrito pelos melhores e mais conhecidos economistas e homens de empresa de nosso País, merece ser lido por todos os colegas desta Casa. E' uma análise do desenvolvimento da indústria brasileira nas suas etapas, a partir de 1930, mostrando a influência que tivemos no início para, finalmente, chegarmos às nossas dificuldades dos anos de 1947 a 1961, quando atravessamos os três terríveis anos que culminaram com aquele choque e a queda de um Presidente em 1964. Finalmente, a recuperação, que a partir do período de 1964, sabemos, foi a mais produtiva para a nossa economia e para o setor industrial.

O documento mostra a preocupação predominante, quantitativa, com os desempenhos industriais. Chama a atenção para a desatenção de determinados setores; destaca o esforço que desenvolveu

sobretudo a iniciativa privada que, a partir de 1967, teve apoio e mais liberdade para atuar. Mostra a ausência dos mecanismos financeiros necessários, ainda hoje, ao apoio de uma industrialização.

Passo a ler os comentários dos técnicos a que fiz referência. Salientam os problemas históricos, os da carga tributária que sofremos e os da Educação e Tecnologia:

"No biênio 1962-63, com o caos monetário e político, o desenvolvimento industrial limitou-se a taxas bastante medíocres. Entre 1964 e 1967, com a prioridade cronológica do combate à inflação, a indústria teve que suportar algumas crises de estabilização, que se tornaram bastante penosas diante da debilidade da sua estrutura financeira. Contudo, desde 1964 o Governo vem tomando uma série de medidas no sentido de dar novas condições ao desenvolvimento industrial do país. Entre as medidas tomadas merecem especial destaque:

A) A redução do ritmo inflacionário, de 80 a 90% ao ano no biênio 1963-64, para cerca de 20% anuais no período mais recente;

B) A neutralização de muitos dos efeitos da inflação pela implantação do instituto da correção monetária e pela adoção da taxa flexível de câmbio;

C) A progressiva eliminação da tributação sobre lucros ilusórios. Nesse sentido merecem destaque a Lei nº 4.357-64 que permitiu que as depreciações fossem calculadas com base nos ativos reavaliados, e o Decreto-lei nº 401, o qual facultou, pelo menos em parte, que as empresas deduzissem do lucro tributável a manutenção do capital de giro;

D) A reativação da indústria de construção civil e de materiais de construção conseguida com a criação do sistema financeiro de habitação e, particularmente, com o apoio do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço;

E) A reativação da indústria de bens duráveis com o desenvolvimento do sistema do crédito direto ao consumidor e com a criação do FINAME;

F) Os incentivos ao mercado de ações e à abertura do Capital das empresas criados especialmente pela Lei nº 4.728 e pelos Decretos-lei nºs 157, 238, 401 e 403;

G) O incentivo às exportações de produtos manufaturados, conseguido por uma política cambial realista ba-

seada nas taxas flexíveis e pelos estímulos fiscais a essas exportações;

H) A recente eliminação das incidências do IPI e do ICM sobre diversos tipos de bens de capital produzidos no país;

I) A substituição do antigo Imposto de Vendas e Consignações, incidente em cascata, pelo imposto sobre a Circulação de Mercadorias, calculado sobre os valores adicionados;

J) A divulgação das idéias de controle de custos e produtividade e a preocupação prioritária com o alcance de índices de competitividade internacional.

Graças a medidas como essas, a indústria brasileira voltou a crescer a taxas aceleradas no triênio 1968-70. A expansão do produto industrial atingiu a 14% em 1968, a cerca de 11% em cada um dos dois anos subseqüentes, a do produto real, a 8,4% em 1968, e 9% ao ano em 1969 e 1970. Muitas das distorções do passado foram corrigidas ou pelo menos bastante atenuadas com as medidas de apoio criadas pelo Governo.

Carga Tributária

Vários estudos têm mostrado que a carga tributária no Brasil subiu em ritmo acelerado nos últimos vinte e cinco anos e que a economia brasileira hoje suporta elevado índice de estatização. Com a predominância dos impostos indiretos no nosso sistema fiscal, a indústria tem suportado a mais pesada parte do ônus desse processo de crescente participação do Governo na economia. É claro que não se pode pensar numa redução brusca da carga tributária, sem a correspondente redução dos gastos públicos sob pena de ressurgirem as pressões inflacionárias oriundas dos deficits governamentais. Vale, contudo, programar uma redução paulatina dessa carga (eliminando, em particular, o resíduo de tributação de lucros ilusórios deixado pelo Decreto-lei nº 433), dentro do princípio de não permitir que as despesas públicas cresçam em termos reais. O alívio da carga tributária poderia conseguir-se, nessa fórmula, pela expansão do seu denominador, isto é, o *produto real*.

Educação e Tecnologia

Também é auspicioso saber que "no período correspondente ao III Governo da Revolução, o setor público

brasileiro irá despender em Educação, em termos reais, mais do triplo do que foi gasto no quadriênio anterior à Revolução". No que diz respeito à pesquisa e à absorção tecnológica, seria pouco sensato tentarmos a auto-suficiência num quadro mundial em que a pesquisa envolve imensas economias de escala, e a tecnologia tende a se tornar multinacional. A solução pragmática tem que se limitar à criação de equipes suficientemente preparadas para acompanhar e absorver rapidamente os programas da tecnologia mundial. E ao desenvolvimento de algumas linhas especiais de pesquisa nas quais, eventualmente, nos possamos transformar, em exportadores de tecnologia. De um modo geral o sistema educacional brasileiro tem-se expandido consideravelmente em termos quantitativos, como atesta o crescimento do número de matrículas nos três níveis de ensino. O que se faz necessário é a maior integração entre a Empresa, a Universidade e o Ensino Médio, no sentido de adaptação dos currículos e do dimensionamento das vagas às necessidades do mercado de trabalho. Por outro lado, recomenda-se o maior apoio do Governo aos institutos de pesquisa de tecnologia e a criação de maiores vantagens fiscais aos dispêndios da indústria em pesquisas. Na mesma linha, merecem expansão e apoio os institutos e centros de produtividade, que procuram divulgar e levar às empresas as idéias de controles de custos, competitividade e melhoria das funções de produção.

Como se observa, destaca o progressivo aparecimento de obstáculos financeiros e fiscais à capitalização das empresas industriais.

Analisa, Sr. Presidente, as medidas tomadas pelo atual Governo com relação aos incentivos às indústrias. Salienta aquela recente eliminação, tão necessária, das incidências do IPI e do ICM sobre os diversos tipos de bens de capital produzidos no País. Finalmente, são os próprios industriais, no seu documento, que se congratulam com numerosas medidas que permitiram já um melhor comando no setor de preços e maior facilidade no de exportação, mas ainda mostram — é preciso ser notado por todos — a tremenda carga de impostos que suportam todos os setores de atividade do País e que naturalmente recai sobre o povo.

Esse estudo sobre a carga industrial, que, sabemos, subiu muito, em ritmo muito acelerado nesses últimos 25 anos no Brasil, deveria merecer um discurso à parte nesta Casa e muita atenção daqueles que somos nós, fazem as leis no País.

Os investimentos estrangeiros, matéria tão debatida, é também uma das partes mais interessantes do estudo, mostrando como

necessitamos deles, mas como é necessário sabermos melhor nos defender, principalmente no que se refere à tecnologia.

O documento também fala, com muita propriedade, na necessidade de se olhar com atenção para o desenvolvimento agropecuário. Realmente, nenhum País pode ter seu desenvolvimento equilibrado se não procurar manter um perfeito equilíbrio entre o desenvolvimento industrial e o desenvolvimento agropecuário. Sobre os instrumentos de apoio financeiro, é de primeira ordem o trabalho apresentado pelos homens das classes produtoras na sua grande convenção.

O segundo documento básico é o que se refere à Absorção Tecnológica. É de fato da maior importância. Não fosse o reduzido tempo de que dispomos, nós o leríamos na íntegra, porque a questão da absorção tecnológica e da política industrial foi exaustivamente estudada e uma síntese magnífica é oferecida ao conhecimento de todos aqueles que têm responsabilidade na vida pública.

A importância da tecnologia, hoje, é imensa. Não se compreende mais o desenvolvimento de um país, principalmente na parte industrial, se não se fizer, paralelamente, do industrial um homem com capacidade especial de conhecimento. Já se foi o tempo em que para ser industrial era apenas necessário audácia e capital. Hoje, é preciso técnica. E quanto ao caso do Brasil, que começa a avançar em vários setores da indústria, somos obrigados constantemente a importar *know how* do exterior. A importação tecnológica, declara o documento com toda a frieza, está custando demasiadamente caro à Nação. Destaca que o aumento do fluxo do capital estrangeiro na economia brasileira, em parte uma decorrência mesmo da carência de *know how* nacional, constituiu um elemento inibidor de atividade tecnológica própria, uma vez que tais investimentos não só dispunham da tecnologia já existente na matriz, mas ainda contavam com laboratório no exterior para a solução de seus problemas específicos. Frisa o estudo que isso importa uma dependência prejudicial ao desenvolvimento da nossa indústria. Apelam então os homens das classes produtoras, numa recomendação que encaminham ao Governo, no sentido de que toda cobertura seja dada aos nossos centros de ensino, às nossas universidades, todo apoio e um melhor amparo financeiro aos nossos técnicos, para que possamos ir construindo, dentro de nosso próprio País, técnica, e técnica à altura das nossas necessidades.

Fazem, entre outras, as seguintes recomendações:

"1 — ampliação e utilização efetiva de incentivos fiscais como uma das principais formas de dinamizar os in-

vestimentos privados em pesquisas e engenharias de desenvolvimento;

2 — implantação efetiva de Centros de Produtividade que — através de assessoramento ao empresariado nacional, inclua programas de extensão técnica e identificação de necessidades tecnológicas — contribuam para a modernização das unidades produtivas, conferindo maior racionalidade e eficiência aos métodos administrativos e aos processos de produção;

3 — fortalecimento de equipes técnicas nacionais em setores industriais estratégicos (como os de produção de determinados tipos de bens de capital e insumos básicos), procurando, garantir, pelo menos, atualização tecnológica e capacidade de realizar engenharias de desenvolvimento em tais setores;

4 — incentivo maior à colaboração entre firmas de consultoria técnica nacionais e do exterior e empresas industriais, de modo a orientar os quadros gerenciais e técnicos na qualificação de problemas tecnológicos e na seleção de técnicas alternativas;

5 — formulação de política dos órgãos públicos e sociedades de economia mista com vistas ao estímulo devido à criação de uma tecnologia brasileira;

6 — participação ativa da classe empresarial na administração e gerência das atividades dos institutos tecnológicos, no sentido de sua aproximação às empresas industriais, objetivando venda de serviços e também buscando nhecimentos mais diretos das exigências tecnológicas do parque manufatureiro nacional;

7 — Maior dinamização do processo de integração universidade-indústria, através da formação e das atividades de investigação universitária adequada às necessidades do setor industrial, tendo em vista, entretanto, que, independente dessa orientação, as instituições universitárias persigam também caminhos próprios.

8 — Adoção de medidas tendentes a incentivar a concessão, pelas empresas industriais às instituições universitárias, e de pesquisas de estágios, bolsas, prêmios e financiamentos de projetos de pesquisa, como forma de acelerar a integração universidade-indústria;

9 — Realização de encontros entre cientistas, tecnólogos e empresários de setores afins, sobretudo pelas suas

utilidades representativas, Sindicatos, Federações e Confederações;

10 — Participação sistemática e planejada nos encontros técnicos internacionais, como excelente meio de captação dos mais recentes avanços tecnológicos e científicos."

Lembram o seguinte:

"As despesas nacionais em ciência e tecnologia, cuja percentagem do PIB, Produto Interno Bruto, comparadas com as efetuadas em outros países, refletem empenho reduzido do País em tal campo. Nos países desenvolvidos as despesas no campo representam de um a três por cento do PNB, Produto Nacional Bruto, enquanto entre nós mal alcança 0,2 a 0,3%".

Isto nos leva a uma dependência prejudicial que já atinge consideravelmente a nossa economia e, sobretudo, o nosso desenvolvimento, acentuadamente nas indústrias da aeronáutica, de equipamentos elétricos, eletrônicos, de telecomunicações, automobilísticos, mecânicos e químicos.

O Sr. João Arruda — Nobre Deputado Gabriel Hermes, aborda V. Exa. com propriedade a falta de recursos para a formação de técnicos no Brasil, quando o nosso Governo contrata técnicos estrangeiros em detrimento dos nacionais. Tão necessário quanto dotar de recursos as nossas escolas, para formação de técnicos é que o Governo, ao executar obras, procure fazê-lo com o corpo de técnicos locais. Isto viria proporcionar trabalho a nossos técnicos, evitando a evasão de cérebros. E' o que queria registrar com este aparte ao discurso que V. Exa. está pronunciando na tarde de hoje.

O SR. GABRIEL HERMES — Muito obrigado a V. Exa. pelo oportuno aparte.

Sr. Presidente, diz com propriedade o documento que é inadequada a remuneração de técnicos, cientistas e professores, daí quase sempre decorrendo a má distribuição destes especialistas, que não só fogem do Brasil como se negam, muitas vezes, a continuar neste campo tão necessário ao nosso desenvolvimento. E diz mais: As empresas nacionais, devido às dificuldades de informação sobre as condições de mercado mundial de tecnologia, negociam em condições desfavoráveis, pagam caro o *know how* importado, que nem sempre é o mais adequado às suas necessidades e que por vezes versam sobre matéria já de domínio público.

Por outro lado, ainda frisa que, nos contratos há cláusulas contratuais feitas de forma restritiva, que se tornam obstáculo à ab-

sorção e incorporação da tecnologia transferida. Assim, a proibição de exportar produto ao qual é incorporado o *know how* externo, a proibição de utilizar conhecimentos técnicos importados, é uma das fontes prejudiciais ao nosso desenvolvimento.

Alonga-se, Sr. Presidente, neste campo, o estudo dos homens da indústria brasileira, fazendo, mais além, uma série de recomendações que precisávamos nós desta Casa tomar conhecimento, para fazer com que as autoridades responsáveis se voltem com toda coragem e entusiasmo para a solução do problema, precisamente nesta hora em que estamos pensando em dar um passo a mais para tirarmos o nosso País do subdesenvolvimento. Na ocasião, participando da convenção, frisava eu ainda um detalhe grave: o da má distribuição do esforço industrial que ocorre em nosso País. Citava a advertência de um grande técnico nacional para a existência de três "Brasis": um, que é a grande Amazônia, nela compreendido o Mato Grosso, representando cerca de 56% do território brasileiro, com aproximadamente 4% da população e — o que é mais lamentável — 1% da arrecadação nacional; o segundo — e vejamos o perigo desse desequilíbrio — é o Nordeste, ao qual se juntam os Estados do Espírito Santo e de Goiás, representando mais ou menos 22% do nosso território, com 44% da nossa população e apenas 6% da arrecadação nacional. Restam, assim, cerca de 90% da arrecadação do País para São Paulo, Guanabara, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

E' preciso, então, observar o seguinte: enquanto toda a grande Amazônia ocupa 56% do território nacional, possui apenas 0,5% da energia elétrica. O Nordeste já conta com cerca de 20%, enquanto o restante — 80% — concentra-se, acentuadamente, na Guanabara, São Paulo e no Sul do País. Isso vem determinando o desenvolvimento cada vez mais rápido desse Centro-Sul e o conseqüente empobrecimento — esta é a expressão que temos de usar — da região desamparada por uma série de fatores, inclusive esse da má distribuição de energia elétrica.

O Sr. João Arruda — Espero não ser inoportuno, entretanto, quando V. Exa. se refere a energia elétrica, entendemos nós que o Governo devia também voltar os seus olhos para a energia nuclear, no que pouca coisa ou quase nada tem sido feito. O Governo anuncia que em 1976 teremos uma central nuclear no País; todavia, não sabemos de qualquer plano para outras centrais nucleares. Assinala V. Exa. que a Amazônia não tem energia elétrica. Então, poderia partir daqui sugestão para que lá também se instalasse uma outra central nuclear. Assim, matariamos dois coelhos com uma cajadada, ou seja: fornecéramos energia para a Amazônia e nos desenvolveríamos no setor nuclear, que entendemos ser o futuro do mundo.

O SR. GABRIEL HERMES — Muito grato. V. Exa. expendeu, exatamente, o pensamento de toda a Região Amazônica.

O Sr. Nina Ribeiro — Eminente Deputado Gabriel Hermes, estamos acompanhando a brilhante exposição de V. Exa. Quanto ao aparte que o eminente representante de São Paulo, Deputado João Arruda, deu a V. Exa. anteriormente, gostaríamos de ponderar que a preocupação governamental é, sem dúvida, atingir metas que propiciem o progresso, mas que sejam ditadas também pelo interesse econômico, pelas possibilidades financeiras. O custo do quilowatt proveniente da energia atômica é ainda muito caro, sobretudo nas condições brasileiras de importação da tecnologia para a obtenção do urânio. — Não é a vaidade, portanto, de ter várias usinas atômicas que vai impossibilitar uma ordem rigorosa de prioridade, valendo mais, para o interesse das populações, ainda mal servidas de energia elétrica, que essa preciosa energia seja obtida de outras fontes, não necessariamente da energia atômica, pelo menos enquanto esses processos forem tão caros, como ainda efetivamente o são. Agradeço a V. Exa. pela oportunidade do aparte.

O SR. GABRIEL HERMES — Fico grato ao nobre colega, embora discorde em parte: acredito que é hora de o Brasil se voltar com todo o entusiasmo para a exploração da energia atômica.

Quando visitei a Inglaterra e o Japão, vi como se trata com carinho da energia atômica e como se acredita nela. E dentro de pouco tempo, nos próximos anos, a energia nuclear será competitiva, com a hidrelétrica. Os Estados Unidos, dentro de 2 a 3 anos, já estarão usando força de energia atômica, em quantidade três vezes maior que a nossa atual. As usinas ali em construção chegarão a 40 milhões de KW. No mesmo caminho avançam a França, o Japão e a Inglaterra.

Sr. Presidente, vou procurar concluir minha exposição dentro de poucos minutos.

Quero apenas frisar, quando estou destacando aquilo que os industriais brasileiros debateram na sua convenção nacional, no Rio de Janeiro, a conveniência de não descurarmos do básico problema dos recursos humanos. Nesse sentido o que debateram é realmente oportuno. Chamam a atenção e propõem ao Governo uma série de inovações para as nossas escolas superiores, para os nossos cursos médios. Destacam a necessidade da preparação do homem para a atividade. Mostram como em algumas áreas faltam técnicos, faltam homens especializados, enquanto em outras já há excedentes.

Propõem, Sr. Presidente, a elaboração de programas, com muita oportunidade, que vão desde a assistência à maternidade e à

infância, sobretudo no campo nutricional, até à criação de condições que propiciem escolaridade primária a todas as crianças. Elogiam a grande tarefa do Governo atual, mas reconhecem que ainda temos muito a realizar neste campo.

Falam da implantação mais rápida das faculdades de educação para atender à demanda educacional de, pelo menos, mais 20 mil professores por ano para o ensino de grau médio, porque, nesta altura, ressaltam, nós preparamos apenas 2 mil.

Portanto, o *deficit* se desenvolve de uma maneira acentuada. Pedem para que seja dinamizada a implantação de cursos a fim de que os técnicos possam exercer atividades paralelas de docência dentro das próprias indústrias. Destacam a indispensabilidade de remuneração adequada, remuneração que possa estar à altura das necessidades do nosso professorado. Recomendam, Sr. Presidente — direi apenas em síntese — o seguinte: a necessidade de ampliarmos as Faculdades de Educação; — cursos rápidos de treinamento vocacional; incentivos salariais a técnicos, não apenas no campo da indústria mas também no setor da agropecuária, na área da absorção tecnológica, política, e industrial, preconizando incentivos à tecnologia interna para evitarmos a importação cara, incompleta e deficiente do "know-how" do exterior. Pedem pagamento adequado a técnicos, cientistas e professores. Advertem que caro está o custo do "know-how" importado, que nem sempre é o mais adequado às nossas necessidades. Sugerem o incentivo à busca de conhecimentos técnicos no exterior, mediante transferências de tecnologia. — Recomendam, ainda, dezenas de outras medidas que merecem o estudo e a atenção desta Casa, e, sobretudo, do Poder Executivo, porque é a hora de sairmos da faixa do subdesenvolvimento, objetivo que só será possível de ser alcançado com a preparação humana. E isto exige um esforço maior ainda do que está fazendo o poder público, o nosso Executivo.

Este, Sr. Presidente, um registro que faço com grande satisfação, esperando, com ele, chamar a atenção dos ilustres pares para as conclusões e para os trabalhos que forem debatidos por esses homens práticos das nossas classes produtoras, os industriais do Brasil que, como disse, durante seis meses dedicaram-se ao estudo da matéria, em trinta encontros. Na sua última reunião, aliás, no Rio de Janeiro, ao final do mês passado, reuniram 200 industriais além de algumas dezenas de homens especializados de técnicos, de cientistas, no primeiro encontro em que a indústria brasileira procurou melhor colaborar e dar ao Governo um pouco da sua experiência para que o Brasil se transforme num grande País industrial, num País independente. (*Muito bem.*)